

RESGATE BIBLIOGRÁFICO SOBRE ACIDENTES DOMÉSTICOS COM CRIANÇAS NO CONTEXTO ATUAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE: A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE.

Edilson Fernandes da Silva Júnior¹

Diêgo Henrique Jales Benevides²

Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega³

INTRODUÇÃO: Na realidade dos serviços de saúde, nos deparamos com ocorrências relacionadas à acidentes com crianças no ambiente doméstico. No caso do Brasil, essas ocorrências quase sempre são tratadas e diagnosticadas nos ambulatórios e serviços de pronto-socorro, o que acaba se tornando rotina para os profissionais de saúde presentes nesses serviços de saúde. Entende-se por acidente, o evento não intencional e evitável, causador de lesões físicas e/ou emocionais no âmbito doméstico ou nos outros ambientes sociais, como o do trabalho, do trânsito, da escola, dos esportes e do lazer de acordo com BRASIL¹, 2001. Ainda sobre o tema BLANC², 1994 define acidente como qualquer dano corporal (traumatismo, queimaduras, intoxicações, asfixia dentre outros) que ocorra em consequência de um acidente (queda, queimaduras, afogamento, acidentes com animais domésticos, intoxicação). Como efeito disso pode ocorrer riscos para intoxicações com medicação e produtos químicos, infecções hospitalares, seqüelas psiquiátricas e neurológicas, danos cutâneos, possibilidade de transmissão de doenças e acometimentos emocionais tanto a nível individual quanto familiar. As crianças que sofrem acidentes adentram nos hospitais e unidades básicas de saúde com relativa freqüência no contexto nacional, como se percebe em dados levantados por pesquisas bibliográficas. Considerando as causas externas que são responsáveis por 19,5% da mortalidade na faixa etária de 5 a 19 anos, as quedas são as principais causas de morte, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, com uma fatia de 74% do total de atendimentos no setor clínico. Para HARADA³, 2000, existem inúmeros determinantes sociais atrelados à realidade tais como: as condições ambientais, físicas, culturais e sociais da família, o estilo de vida dos pais, condições de vida e trabalho, urbanização, marginalidade, desemprego, desigualdade social, superpopulação, miséria, educação, estresse, condições impróprias de moradia, vigilância insuficiente, entre outros. Outros mais específicos para a infância são: o sexo, a idade da criança, sua etapa de desenvolvimento neuro-psico-motor e características da personalidade de algumas crianças. Diante dessa realidade, nota-se uma acentuada demanda que nem sempre está amparada operacionalmente por políticas públicas direcionadas à prevenção de acidentes e à promoção da saúde, que busquem de forma qualificada através da educação permanente em saúde como um instrumento potencializador de intervenção, intervir nesse processo, de forma rotineira e sistemática. O que se percebe são campanhas pontuais focadas na assistência, com ações intersetoriais mínimas e distantes da realidade dos serviços de saúde, educação e assistência social. **OBJETIVOS:** O presente trabalho buscou realizar um levantamento bibliográfico acerca da prevenção dos acidentes de crianças no ambiente doméstico, relatando os principais agravos, incidências, seus determinantes sociais, econômicos, biológicos e culturais, dentre outros, e a relação desses agravos com as políticas públicas de saúde existentes, priorizando também o elo que deve existir entre o enfermeiro, Estado, família e a sociedade na busca pela diminuição dos indicadores através de atitudes preventivas e promocionais. **METODOLOGIA:** Este trabalho constitui-se em um estudo bibliográfico (revisão de

¹ Discente do 7º período da Faculdade de Enfermagem – FAEN, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró-RN. edilsonfsjunior@hotmail.com

² Discente do 7º período da Faculdade de Enfermagem – FAEN, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró-RN. diego1_henrique@yahoo.com.br

³ Enfermeira, Especialista em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFRN, Professora Assistente II do Departamento de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. libnelidianne@ig.com.br

literatura) acerca dos acidentes infantis (crianças de 0 a 12 anos) no ambiente doméstico e sua aproximação com as reduzidas políticas públicas de saúde existentes. Foi realizada pesquisa bibliográfica na Sociedade Brasileira de Pediatria, Ministério da Saúde e sites de busca (Google, Scielo e Bireme). **RESULTADOS:** Dentre os principais agravos de acidentes notamos a prevalência de quedas, afogamentos, intoxicações, mordeduras por animais domésticos e queimaduras que apresentam como determinantes tanto por influência cultural, sócio-econômica e familiar. A escassez de incentivos por parte do Estado é um óbice, que dificulta a qualidade e resolutividade dos serviços no que se refere à prevenção de acidentes com crianças, embora haja normas e portarias que embasam tal assunto, como a portaria datada de 2001, GM-737, intitulada “Política Nacional para Redução da Morbi-Mortalidade por Acidentes e Violências”. Nesse documento, recomenda-se, entre outras ações, que os gestores estaduais e municipais de saúde viabilizem a articulação com os setores da educação, justiça e segurança pública para estabelecer protocolos de cooperação na prevenção de acidentes e violências, somando-se esforços na prevenção destes agravos (BRASIL, 2001). A importância da intersectorialidade na prevenção de acidentes na infância remete a ações conjuntas de profissionais de saúde e de outros setores públicos e da sociedade civil, ações que devem estar presentes na ótica das políticas públicas. Vale ressaltar que elas devem se voltar para intervenção local, estando atreladas à realidade do ponto de vista social e cultural. Portanto, observando as diretrizes citadas, percebemos que há por parte do Estado, um olhar limitado, pontual e escasso, já que possui poucas políticas públicas tanto em nível estadual, quanto federal, o que dificulta o trabalho do profissional enfermeiro, não obstante, a grande quantidade de crianças admitidas nos serviços clínicos – hospitalares. Cabe, então, ao enfermeiro, juntamente com sua equipe de saúde, buscar formas para promover a saúde nesses casos. É preciso, inclusive, que as equipes estejam preparadas para abordar a família em sua realidade particular, sobre os fatores de riscos, os direitos da criança e o papel do Estado e da sociedade na promoção da saúde infantil. **CONCLUSÃO/IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM:** Diante do exposto neste estudo, visualizamos a relevância da prevenção de acidentes no ambiente doméstico e da promoção da saúde, haja vista a alta incidência desses agravos nos serviços de saúde. Colocamos em foco também a necessária participação do Estado no que se refere à elaboração e à colaboração com a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento harmonioso das crianças. Também ressaltamos a importância da família neste processo como forma de auxiliar no controle desses acidentes cabíveis de prevenção. Por último, faz-se primordial que o enfermeiro procure juntamente com os demais profissionais de saúde, atuar de forma sistemática num processo intersectorial, direcionado às características de sua realidade cotidiana. Durante a realização da pesquisa, observou-se que há poucos dados sobre a temática de acidentes na infância com relação ao Estado do Rio Grande do Norte. Sugere-se, portanto, a concretização de futuras pesquisas sobre essa temática, enfocando-se o contexto loco-regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1-Brasil Ministério da Saúde. Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências: Brasília, Ministério da Saúde. 2001.
- 2-Blanc D. Conceitos básicos e aspectos preventivos gerais. In: Blanc, D. Manual de acidentes na infância e adolescência. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria. 1994
- 3-Harada M.J.C.S. et al. Epidemiologia em crianças hospitalizadas por acidentes. A Folha Médica. 2000.

DESCRITORES: Promoção da Saúde; Enfermagem e Política Nacional de Promoção da Saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Enfermagem e a Política Nacional de Promoção da Saúde.